



UM VICE QUE TANTO FAZ

Valdemar minimiza pressão sobre Alfredo Gaspar e diz que PL manterá vice de Flávio Bolsonaro



SEM FUTURO

JOÃO CALDAS COMPRA BRIGA COM ARTHUR LIRA E FAZ COM QUE JHC COMECE A PERDER ALIADOS

Indefinições do ex-prefeito de Maceió aumentam dúvidas no grupo político da família



ESTRATÉGIA SEM RUMO

JHC mantém indefinições sobre alianças e composição de chapa, tentando preservar liberdade, mas gerando incerteza entre aliados.

FAMÍLIA DIVIDIDA

Enquanto JHC aposta no silêncio e no tempo das decisões, seu pai, JC, atua com confronto e critica grupo liderado por Arthur Lira.

ATRITO NO PP

Tentativas de interferir na chapa proporcional e possível suplência de JC no Senado aumentam tensão com presidente do partido.

ALIANÇAS EM RISCO

Disputas internas ganham força e ameaçam a unidade do grupo político em um momento decisivo para 2026.

FECHANDO O CERCO

PF bate à porta do Iprev e coloca R\$ 97 milhões em investimentos sob suspeita no centro da crise política

Aplicações ocorreram durante a gestão do ex-prefeito JHC (PSDB), candidato ao governo de AL



Decisão do Supremo Tribunal Federal alcança empresários e ex-integrantes ligados ao processo de investimento em letras financeiras do instituto previdenciário municipal



DINHEIRAMA

STF determina bloqueio de bens de seis investigados em caso que apura aplicação de R\$ 97 milhões do Iprev Maceió

COBRANÇA

Vereador cobra explicações de JHC e afirma não acreditar que ex-presidente do instituto tenha agido sozinho

Rui Palmeira questiona quem participou das decisões sobre investimentos milionários

A LIÇÃO DO CEARÁ

Decisão contra o “impossível” reacende debate sobre segurança hídrica em Alagoas



Wadson Regis aponta que o Canal do Trabalhador evitou colapso no abastecimento de Fortaleza e questiona demora de Alagoas em concluir projetos para enfrentar secas

SURPRESA

Renan Filho segura escolha de vice e deixa espaço para nome do Agreste na chapa de 2026



Senador afirma que definição dependerá das articulações da aliança e dos movimentos dos adversários antes do prazo final para registro das candidaturas



EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Iprev não pode ser caixa-preta

A chegada da Polícia Federal ao Iprev de Maceió coloca no centro do debate uma pergunta simples, mas incômoda: quem decidiu aplicar milhões de reais da previdência dos servidores em operações hoje investigadas?

Rui Palmeira foi direto ao dizer que não acredita que o então presidente do instituto tenha agido sozinho. E é justamente aí que a história precisa avançar. Uma aplicação de R\$ 117,9 milhões no Banco Master não parece ser uma decisão que nasça, cresça e termine na mesa de uma única pessoa.

É preciso saber quem apresentou as operações, quem analisou os riscos,

quem autorizou os investimentos e quem, dentro da Prefeitura de JHC, tinha conhecimento dessas movimentações. A investigação deve reconstruir essa cadeia sem atalhos e sem transformar suspeitas em condenações antecipadas.

JHC também precisa falar. Não como investigado, mas como ex-prefeito responsável pela administração sob a qual os investimentos foram realizados. O silêncio, diante de cifras dessa dimensão, é politicamente cada vez mais difícil de sustentar.

Rui também cita outros R\$ 51,48 milhões aplicados no fundo Nest Eagle,

levando o total mencionado a cerca de R\$ 168,5 milhões. A operação diretamente investigada pela PF nesta etapa é a do Banco Master, mas o conjunto merece ser esclarecido.

No fim, a questão é menos complicada do que parece: quem decidiu, quem autorizou e quem sabia? Se tudo ocorreu dentro das regras, que os documentos mostrem. Se houve irregularidade, que os responsáveis apareçam. O Iprev não pode continuar funcionando como uma caixa-preta justamente quando o dinheiro em jogo pertence a quem espera dele segurança para a aposentadoria.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Davi Davino vira peça-chave nas indefinições das eleições em Alagoas

As atas das convenções partidárias em Alagoas estão longe de representar uma fotografia definitiva das chapas para as eleições deste ano.

Como disse um político ao blog, MDB e as federações partidárias PSDB/Cidadania e PP/União Brasil “fizeram uma união que não é estável nas atas de Alagoas”.

A frase se refere à possibilidade de mudanças (traições?) nos nomes para governa-dor, vice, senador, suplentes e também nas chapas proporcionais, já que as atas das convenções permanecerão abertas para alterações até o dia 15.

São muitos os motivos para tanta indefinição. O principal, dizem fontes, chama-se Davi Davino Filho (Republicanos).

O MDB de Renan Filho quer Davi como vice. Promessas

de apoio para que ele dis-pute a Prefeitura de Maceió em 2028 foram feitas.

Também teria recebido de Marcelo Victor (MDB), presidente da Assembleia Legis-lativa, a garantia de apoio total à reeleição da deputada estadual

Rose Davino, mãe de Davi.

Do lado de JHC (PSDB) e Arthur Lira (PP), uma declaração de Davi pode resolver muita coisa.

Como o Republicanos está coligado ao grupo de Renan Filho, Davi não poderia

simplesmente compor como vice de JHC.

Mas poderia disputar o Senado no grupo liderado pelo MDB e declarar voto para JHC ao governo e Arthur Lira para senador.

Essa é uma das tantas possibilidades em discussão nos bastidores. Caso essa decla-ração pública não ocorra, Marina Candia poderá ser lançada ao Senado.

A guerra de bastidores, segundo fontes, também chegou à direção nacional do Re-publicanos, onde Arthur Lira tem influência.

O que está em jogo é mais do que uma candidatura. É para onde irão os votos de Davi Davino e, principalmente, de que lado ele estará na disputa majoritária, espe-cialmente porque sua principal base eleitoral é Maceió.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernandoliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS
PERFIS.
SOMOS
CONTEÚDO.



Enquanto as redes
vendem versões,
os jornais
entregam fatos.



Não publicamos o que
viraliza — divulgamos
o que importa.



O que incomoda
interesses, fortalece
a sociedade.



Menos ruído.
Mais apuração.



SAIA DAS
REDES.



LEIA
JORNAIS.



ENTENDA A
REALIDADE.

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas,
o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

SEM FUTURO

Indefinições do ex-prefeito de Maceió aumentam dúvidas no grupo político da família

João Caldas compra briga com Arthur Lira e faz com que JHC comece a perder aliados

A movimentação política de JHC para as eleições de 2026 começa a provocar incertezas dentro do próprio grupo. Ao manter em aberto decisões sobre alianças e composição de chapa, o ex-prefeito de Maceió tenta preservar liberdade de escolha, mas também alimenta dúvidas entre aliados que aguardam uma definição sobre os próximos passos.

A estratégia de atuar de forma mais independente, apostando na força da comunicação direta com o eleitor, pode representar uma tentativa de repetir o desempenho obtido em disputas anteriores. No entanto, a falta de clareza sobre o caminho a ser seguido começa a gerar desgaste na articulação política e reduz o espaço para construção antecipada de alianças.

Nos bastidores, a avaliação é de que JHC



concentra as decisões em torno do próprio projeto e evita revelar suas cartas antes do momento considerado ideal. O problema é que, enquanto o ex-prefeito segura as definições, outros atores do grupo começam a se movimentar e ocupar espaços no tabuleiro eleitoral.

A situação ganhou ainda mais tensão com a atuação de JC, pai de JHC, que passou a direcionar críticas e articulações contra o grupo liderado pelo deputado federal Arthur Lira. O movimento abriu uma nova disputa dentro do mesmo campo político e provocou desconforto entre aliados.



A tentativa de interferir na composição da chapa proporcional, especialmente envolvendo o deputado federal Alvinho Lira, e a possibilidade de JC assumir uma posição de suplente na disputa de Arthur Lira pelo Senado, são vistas como movimentos que aumentaram o atrito com o presidente do PP em Alagoas.

A ofensiva acabou criando um cenário delicado para JHC, que busca construir uma candidatura competitiva sem romper pontes com lideranças importantes. Enquanto o ex-prefeito tenta manter uma postura de autonomia, seu pai adota



uma linha mais combativa, colocando em evidência disputas internas que antes estavam restritas aos bastidores.

O resultado é um grupo político dividido entre a estratégia do silêncio e a estratégia do confronto. De um lado, JHC tenta controlar o tempo das decisões. Do outro, JC acelera movimentos que mexem diretamente com alianças já estabelecidas.

UM VICE QUE TANTO FAZ

Presidente nacional do partido afirma não temer investigação em análise no STF e PGR, defende deputado alagoano e aposta em atuação na campanha presidencial

Valdemar minimiza pressão sobre Alfredo Gaspar e diz que PL manterá vice de Flávio Bolsonaro

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, afirmou que não vê risco político na permanência do deputado federal alagoano Alfredo Gaspar como candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro. Em entrevista ao jornal Correio Braziliense, o dirigente disse não ter preocupação com a investigação preliminar envolvendo o parlamentar e garantiu que o partido manterá a indicação.

“Não tenho nenhuma preocupação”, afirmou Valdemar ao comentar a notícia-crime em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Procuradoria-Geral da República (PGR).



Segundo o presidente do PL, a escolha de Alfredo Gaspar foi estratégica e está ligada à tentativa da campanha de Flávio Bolsonaro de explorar o tema dos aposentados como uma das principais bandeiras contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Valdemar afirmou que a indicação partiu de uma articulação do senador Rogério Marinho e que a decisão final coube à direção nacional do



partido.

“No momento em que a candidatura do Flávio foi lançada, eu e o Rogério Marinho já havíamos pensado nessa possibilidade”, declarou.

O dirigente disse que a atuação de Alfredo Gaspar como relator da CPI do INSS será utilizada como argumento eleitoral durante a campanha. Segundo ele, o partido pretende

apresentar o deputado alagoano como protagonista das denúncias relacionadas aos aposentados.

A escolha de Gaspar ocorreu após o PL também avaliar outros nomes para a vice, entre eles a ex-ministra Tereza Cristina. Valdemar afirmou que ela continua sendo um nome de peso no partido, mas destacou que a composição final acabou sendo formada por integrantes da própria legenda.

Sobre uma possível resistência do eleitorado feminino, Valdemar afirmou que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro terá papel central na campanha e que chegou a ser cogitada para a vice-presidência.

“Michelle seria uma vice maravilhosa. Ela terá um papel fundamental na campanha”, disse.

FECHANDO O CERCO

Aplicações ocorreram durante a gestão do ex-prefeito JHC (PSDB), candidato ao governo de AL

PF bate à porta do Iprev e coloca R\$ 97 milhões em investimentos sob suspeita no centro da crise política

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) abriram uma nova frente de investigação sobre os investimentos milionários do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió, o antigo Iprev, atualmente Maceió Previdência. A operação, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), colocou no centro do debate as decisões que levaram recursos previdenciários do município a aplicações que hoje são questionadas.

Nesta segunda-feira (10), agentes federais cumpriram oito mandados de busca e apreensão para apurar possíveis irregularidades envolvendo duas aplicações realizadas em 2023 e 2024, que somam R\$ 97 milhões em letras financeiras emitidas por uma instituição privada.

De acordo com a Polícia Federal, a investigação busca esclarecer uma série de etapas que antecederam os investimentos, incluindo credenciamento da instituição, cotação, análise de risco, governança e o processo de decisão que autorizou as operações. A suspeita investigada é de possível gestão



fraudulenta, além da apuração de outros crimes que possam surgir durante o avanço das diligências.

A operação aumenta a pressão sobre um episódio que já vinha provocando desgaste político em Maceió. As aplicações ocorreram durante a gestão do ex-prefeito JHC (PSDB) e passaram a ser alvo de questionamentos após a liquidação extrajudicial do Banco Master pelo Banco Central, decretada em novembro de 2025.

Com a quebra da instituição financeira, o Maceió Previdência precisou buscar a recuperação dos valores aplicados, passando a figurar como credor no processo de liquidação. O instituto afirma que os investimentos seguiram

as normas e que não existe prejuízo consolidado.

Mas a explicação não encerrou a crise. Denúncias apresentadas por entidades dos servidores apontam que, além dos valores aplicados no Banco Master, outros R\$ 51,5 milhões foram destinados ao fundo imobiliário Nest Eagle, ampliando o questionamento sobre as escolhas feitas com recursos que pertencem ao sistema previdenciário municipal.

Outro lado

O Maceió Previdência informou que vem colaborando com as investigações desde o início, fornecendo documentos e prestando esclarecimentos às autoridades.



Em nota, o instituto afirmou que os investimentos seguiram os procedimentos legais e administrativos aplicáveis e destacou que o patrimônio previdenciário cresceu de aproximadamente R\$ 400 milhões, em 2021, para mais de R\$ 1,6 bilhão atualmente.

Segundo a autarquia, o crescimento patrimonial garante a capacidade de pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores municipais.

A operação da PF, porém, coloca novamente sob holofotes as decisões tomadas na gestão dos recursos previdenciários e abre uma nova etapa de uma disputa que deixou de ser apenas administrativa e passou a ter forte impacto político.

DINHEIRAMA

STF determina bloqueio de bens de seis investigados em caso que apura aplicação de R\$ 97 milhões do Iprev Maceió

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o bloqueio, sequestro, arresto e a indisponibilidade de bens, direitos e valores de seis pessoas investigadas no caso que apura possíveis irregularidades envolvendo aplicações realizadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev), atual Maceió Previdência.

A decisão estabelece que as medidas cautelares patrimoniais sejam cumpridas até o limite global de R\$ 97 milhões, valor correspondente às aplicações financeiras realizadas pelo instituto em letras financeiras de uma instituição privada.

Entre os alvos da decisão estão Ronnie Reyner Teixeira Mota, Gustavo Antônio Rodrigues de Souza, Renan Foglia Calamia, Marília Alexandre de Lima Alves, Marcelo Brasileiro Santos e João Felipe Alves Borges.

O bloqueio determinado pelo STF tem como objetivo preservar recursos que possam ser

utilizados para eventual reparação de danos caso sejam confirmadas irregularidades na operação investigada.

A apuração busca esclarecer as circunstâncias relacionadas ao credenciamento da instituição financeira, análise de risco, governança e tomada de decisão que antecederam

os investimentos realizados pelo regime próprio de previdência municipal.

A investigação conduzida pela Polícia Federal, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), apura a possível prática de gestão fraudulenta, sem prejuízo da análise de outros crimes que possam estar relacionados ao caso.

Decisão do Supremo Tribunal Federal alcança empresários e ex-integrantes ligados ao processo de investimento em letras financeiras do instituto previdenciário municipal



Ronnie Reyner Teixeira Mota



Renan Foglia Calamia



João Felipe Alves Borges

COBRANÇA

Vereador cobra explicações de JHC e afirma não acreditar que ex-presidente do instituto tenha agido sozinho

Rui Palmeira questiona quem participou das decisões sobre investimentos milionários

A chegada da Polícia Federal ao Iprev de Maceió, nesta segunda-feira (10), ampliou a pressão sobre as aplicações realizadas durante a gestão do ex-prefeito JHC. O vereador e ex-prefeito Rui Palmeira afirmou que a investigação precisa esclarecer



quem participou das decisões.

A diligência está relacionada à aplicação de aproximadamente R\$ 117,9 milhões do Iprev em letras financeiras do Banco Master. Até o momento, a PF não divulgou detalhes sobre a ação. Rui considerou improvável que o então presidente do instituto tenha decidido sozinho. “Essa investigação da Polícia Federal: quem está por trás disso? Porque eu não acredito que o ex-presidente do Iprev fez isso tudo sozinho. Isso é impossível. Quem está por trás dele?”, questionou.

O vereador também mencionou a possibilidade de colaboração do ex-dirigente, mas ressaltou que não há confirmação oficial. “Já se fala numa possível delação desse ex-presidente do Iprev, o que seria muito bom para a gente saber efetivamente quem está por trás disso”, declarou. Rui também cobrou uma manifestação de JHC. “Acho que é a hora do ex-prefeito JHC dizer alguma coisa e não se acovardar e fugir”, afirmou.

Segundo Rui, além dos R\$ 117,9 milhões no Banco Master, outros R\$ 51,48 milhões foram destinados ao fundo imobiliário Nest Eagle, totalizando cerca de R\$ 168,5 milhões. Ele classificou as operações como parte de um suposto “esquema criminoso”.

“Está aí a Polícia Federal. Eu protocolei a denúncia em setembro do ano passado. Desde agosto que eu venho falando desse esquema do Banco Master. Quanto mais a gente investiga, vai descobrindo novos pontos obscuros”, disse. Rui afirmou confiar na PF para reconstruir o processo de decisão. “Agora, claro, a Polícia Federal tem toda a condição, capacidade e qualidade técnica de realmente nos dizer o que se passou nos porões do Iprev Maceió e quem está por trás desse crime contra os aposentados de Maceió”, declarou.

A LIÇÃO DO CEARÁ

Wadson Regis aponta que o Canal do Trabalhador evitou colapso no abastecimento de Fortaleza e questiona demora de Alagoas em concluir projetos para enfrentar secas

Decisão contra o “impossível” reacende debate sobre segurança hídrica em Alagoas

Enquanto o Ceará transformou uma emergência hídrica em uma corrida contra o tempo para garantir água à população, Alagoas chega a mais um período de estiagem convivendo com municípios em situação de emergência e o alerta de especialistas para a possibilidade de uma seca severa nos próximos meses. A comparação resgatada pelo jornalista Wadson Regis, defensor do movimento Barragens Já!, coloca em

discussão uma pergunta incômoda: por que alguns estados conseguem transformar crises em obras estratégicas, enquanto outros permanecem presos a antigos problemas de abastecimento?

A referência vem de 1993, quando Fortaleza enfrentava uma ameaça de colapso no fornecimento de água. Naquele momento, o então governador do Ceará, Ciro Gomes, reuniu técnicos e engenheiros para buscar uma solução emergencial. A obra parecia inviável diante do curto prazo exigido pela crise. A saída encontrada foi mudar a pergunta. Em vez de discutir se seria possível executar todo o projeto, a equipe passou a avaliar quanto poderia ser feito dentro do tempo disponível.

O resultado foi a construção do Canal do

Trabalhador, uma obra emergencial criada para levar água ao sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e evitar que milhares de cearenses enfrentassem uma crise ainda maior. Mais de 30 anos depois, o episódio volta ao debate em Alagoas, principalmente pela situação do Canal do Sertão Alagoano, concebido no mesmo período como uma das maiores obras de infraestrutura hídrica do Estado.

O projeto prevê cerca de 250 quilômetros de canal para transportar água do Rio São Francisco até o Sertão alagoano. Porém, décadas após o início da obra, o empreendimento ainda não alcançou toda a extensão planejada. Para Wadson Regis, a diferença entre os dois estados não está apenas nos recursos disponíveis, mas na capacidade de decisão diante de uma emergência. “O que falta em Alagoas não é água. É determinação”, afirma o jornalista, ao defender uma política permanente de segurança hídrica por meio do movimento Barragens Já!.

Segundo ele, o debate não deve ser limitado à construção de barragens, mas envolver um planejamento amplo para armazenamento, distribuição e aproveitamento dos recursos hídricos existentes. “O Barragens Já! não defende simplesmente uma obra de infraestrutura. Defende a segurança hídrica para todo o Estado. Nós temos água, temos rios, temos o São Francisco, temos períodos de chuva. O que precisamos é planejamento para armazenar, distribuir e transformar essa água em vida, produção, emprego e desenvolvimento”, declarou.

O alerta ganha força diante do cenário atual. Mesmo durante o período tradicionalmente associado às chuvas em Alagoas, diversos municípios enfrentam dificuldades relacionadas à seca, aumentando a preocupação com o abastecimento humano, a agricultura, a pecuária e a economia das regiões mais vulneráveis. Para Wadson Regis, a discussão não deve se limitar à previsão meteorológica, mas ao planejamento para os períodos de escassez.

“A pergunta não é apenas se vai chover. A pergunta é o que Alagoas fará enquanto espera pela chuva. Vamos continuar esperando a próxima seca chegar para começar a discutir soluções? Ou vamos ter a determinação que o Ceará teve quando percebeu que não poderia esperar o colapso acontecer?”, questiona. O movimento reconhece que o Canal do Trabalhador e os projetos alagoanos possuem características técnicas diferentes, mas aponta uma mesma lição: quando a água representa uma questão estratégica para sobrevivência e desenvolvimento, a segurança hídrica precisa ser tratada como prioridade de Estado.



MENOS NOMES, MAIS DISPUTA

Alagoas deve ter 44% de redução nas candidaturas proporcionais em 2026

A eleição proporcional de 2026 em Alagoas deve ter uma redução significativa no número de candidatos a deputado federal e estadual. Levantamento com base nas atas das convenções partidárias e nos registros disponíveis na Justiça Eleitoral estima 260 candidaturas, contra 466

nomes em 2022, uma queda de 44,2%.

Na disputa pela Câmara Federal, a previsão é de redução de 184 candidatos, em 2022, para 98 em 2026. Com nove vagas em disputa, a média cai de 20,4 para cerca de 10,9 concorrentes por cadeira. Na Assembleia Legislativa, o número deve passar de 282 para 162 candidatos, uma redução de 42,6%. Para as 27 vagas, a média será de aproximadamente seis candidatos por cadeira, contra 10,4 na eleição anterior.

A redução é atribuída às mudanças nas regras eleitorais e à reorganização das estratégias partidárias, que passaram a concentrar esforços em chapas consideradas mais competitivas. Apesar do menor número de nomes, a disputa tende a permanecer acirrada, com maior concentração de votos, recursos e espaço político dentro das próprias legendas.

Partidos como Podemos, PSB, PDT, Republicanos, Agir e Democrata não aparecem com candidaturas proporcionais. O PSD terá chapa para deputado federal, mas não disputará vagas na Assembleia, enquanto o Democracia Cristã terá dez nomes para a Câmara e cinco para o Legislativo estadual.

A disputa ficará concentrada principalmente nas maiores estruturas partidárias e federações, entre elas MDB, PSDB/Cidadania, União Progressista, PL, Federação Brasil da Esperança, Federação Renovação Solidária, Avante, Missão, Novo e UP. Na corrida federal, União Progressista, PSDB/Cidadania, MDB e PSD aparecem entre os grupos com maior estrutura eleitoral.

Na Assembleia, o cenário é mais

Levantamento aponta queda de 466 para cerca de 260 candidatos a deputado federal e estadual, com chapas mais concentradas e maior peso das estruturas partidárias

pulverizado, com MDB, União Progressista, Federação Brasil da Esperança, PSDB/Cidadania e PL entre as principais chapas. Mesmo com 98 nomes previstos para a Câmara, a disputa efetiva pelas nove cadeiras tende a envolver um grupo menor de candidatos.

Na eleição majoritária, também é esperada uma redução no número de candidaturas ao Governo de Alagoas em relação a 2022, quando sete nomes disputaram o cargo. Para o Senado, duas vagas estarão em jogo. Com menos candidatos e chapas mais concentradas, a eleição de 2026 deve aumentar o peso da estrutura partidária e da capacidade de articulação das lideranças. (Com blog do jornalista Edivaldo Júnior)



SURPRESA

Senador afirma que definição dependerá das articulações da aliança e dos movimentos dos adversários antes do prazo final para registro das candidaturas

Renan Filho segura escolha de vice e deixa espaço para nome do Agreste na chapa de 2026

O senador Renan Filho (MDB) decidiu manter em aberto a escolha do candidato a vice-governador na disputa pelo Governo de Alagoas em 2026 e indicou que o nome poderá sair do Agreste, uma das regiões estratégicas no cenário eleitoral do Estado. Durante o evento “Você Fala, Renan Filho Escuta”, realizado em Limoeiro de Anadia, o pré-candidato afirmou que a composição da chapa ainda está em discussão com os partidos aliados e que a decisão será tomada levando em consideração também os movimentos do grupo adversário.

“Estou observando o comportamento dos nossos adversários e conversando com a nossa aliança para que a gente tenha a chapa mais capaz de responder aos anseios dos alagoanos”, declarou. Renan



argumentou que não há necessidade de antecipar a definição do vice enquanto os adversários ainda não concluíram suas articulações. Segundo ele, a candidatura ao governo já está consolidada, assim como os nomes escolhidos pelo grupo para as disputas ao Senado e aos cargos proporcionais.

Para explicar a estratégia, o senador fez uma comparação com uma escalação de futebol. “Um time de futebol joga com 11

jogadores. A escalação tem sete ou sete escalados. Eles não têm nenhum ainda escalado. Então, não precisa de gente escalar o time todo enquanto o time deles ainda não saiu do vestiário”, afirmou.

Sobre a possibilidade de escolher um vice do Agreste, região onde participou de agenda política ao lado do governador Paulo Dantas, do prefeito de Limoeiro de Anadia, Marlan Ferreira, e do deputado estadual Fernando

Pereira, Renan confirmou que a área está no radar da aliança, mas evitou limitar a escolha. “Pode ser do Agreste, pode ser de outra região. A gente vai observar o comportamento para fazer uma escolha. O fato é que o Agreste me conhece. Estará contemplado em qualquer caminho que eu tomar”, disse.

A indefinição mantém aberta uma das principais peças da montagem da chapa governista. A escolha do vice é vista como um movimento estratégico para ampliar alianças regionais e fortalecer a presença eleitoral da candidatura em diferentes áreas do Estado.

Renan Filho afirmou que continuará dialogando com os partidos aliados até o prazo final para o registro das candidaturas, previsto para 15 de agosto. “Nós estamos prontos para disputar o governo. Apresentamos os nossos nomes ao Senado também”, declarou.

MARCAS PROFUNDAS

Legislação ampliou proteção às mulheres, mas subnotificação ainda dificulta o combate à violência doméstica

Lei Maria da Penha chega aos 20 anos com avanços e desafios

A Lei Maria da Penha completa 20 anos nesta sexta-feira (7) como uma das principais ferramentas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Desde que entrou em vigor, em 7 de agosto de 2006, a legislação ampliou mecanismos de prevenção, proteção às vítimas e responsabilização dos agressores.

Para Adriana Romana, chefe da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, a lei representa um marco para a atuação da Justiça e das forças de segurança. Segundo ela, as medidas protetivas de urgência estão entre os principais instrumentos previstos na legislação, permitindo o acompanhamento de vítimas e agressores.

Apesar dos avanços, a subnotificação permanece como um dos principais obstáculos. Somente no Distrito Federal, foram



registradas 23 mil ocorrências de violência doméstica em 2025. Adriana afirma que muitas mulheres ainda não procuram a polícia ou a Justiça por medo, dependência ou pela complexidade das situações de violência.

A legislação surgiu após o caso de Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica que ficou paraplégica depois de sofrer agressões do marido e sobreviver a duas tentativas de homicídio. O Brasil acabou responsabilizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) por omissão no enfrentamento à violência contra a mulher, contribuindo para a criação da lei.

A norma também abriu caminho para

outras medidas de proteção. Entre elas estão a lei que tipificou o feminicídio, em 2015, e mudanças posteriores que ampliaram a punição para esse tipo de crime. Em 2025, a legislação passou oficialmente a incorporar o nome Maria da Penha ao texto da própria lei.

Para a deputada Jack Rocha (PT-ES), coordenadora da Secretaria da Mulher da Câmara, a legislação abriu espaço para novas iniciativas de proteção e enfrentamento à violência. Segundo ela, a norma se tornou uma referência internacional e ajudou a ampliar a presença do tema nas políticas públicas e no debate legislativo.

A mobilização contra a violência também

ganhou novas iniciativas. Em 2013, o Congresso instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra a mulher. Já em 2026, os presidentes dos Três Poderes assinaram o Pacto Nacional contra o Feminicídio, após o registro de 1.470 casos no ano anterior.

Mesmo após duas décadas, especialistas e autoridades defendem maior participação da sociedade no enfrentamento à violência. Além da atuação das instituições, denúncias podem ser feitas pelo Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher do governo federal, e pelo número 197, das polícias civis estaduais.



CONCURSO

Endereços estarão disponíveis a partir desta sexta-feira (14)

CGE define consulta aos locais de prova

A Seplag divulgou nesta segunda-feira (10) a data para consulta dos locais de prova do concurso da Controladoria-Geral do Estado (CGE). A informação foi publicada em edital no Diário Oficial do Estado.

Os candidatos poderão verificar os endereços a partir desta sexta-feira (14), no site do Cebraspe. As provas objetiva e discursiva serão aplicadas no dia 23 de agosto de 2026.

Os portões serão abertos às 11h30 e fechados às 12h30, com início das provas às 13h. A duração máxima será de 4h30. É necessário levar documento de identidade original, comprovante de inscrição e caneta preta de material transparente.

O concurso prevê vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de



Prédio da CGE-AL

Analista de Controle Interno. Os candidatos devem consultar antecipadamente o local definido para a realização da prova.

OPORTUNIDADE

Programa do BNDES selecionará 85 iniciativas no Nordeste e prevê apoio financeiro de até R\$ 300 mil

ONGs e coletivos de Alagoas têm até quarta para aderir ao Periferias Fortes

Organizações da sociedade civil e coletivos que atuam em comunidades periféricas de Alagoas têm até esta quarta-feira (12) para se inscrever no BNDES Periferias Fortes, programa criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com o Instituto Ekloos e apoio local da Mundaú Negócios Sociais.

O edital selecionará 85 iniciativas em oito estados do Nordeste e prevê mais de R\$ 17 milhões em investimentos. As inscrições são realizadas pela plataforma oficial do programa, onde também estão disponíveis o edital completo e as orientações para os interessados.

As organizações escolhidas participarão de uma jornada de desenvolvimento

institucional, com capacitações, mentorias especializadas, apoio à formalização e orientação em áreas de gestão. O programa também prevê recursos de até R\$ 100 mil para organizações de pequeno porte e de até R\$ 300 mil para as de médio porte.

Podem participar organizações sem fins lucrativos formalizadas e coletivos ainda não formalizados, desde que comprovem histórico de atuação nas comunidades onde desenvolvem suas atividades. As iniciativas devem apresentar ações voltadas à população de baixa renda.

O edital contempla projetos nas áreas de geração de emprego e renda, educação, saúde, esporte, justiça, meio ambiente, serviços urbanos e desenvolvimento regional. Também serão valorizadas organizações lideradas por mulheres, pessoas negras e moradores das próprias comunidades periféricas.

A proposta combina financiamento com qualificação para fortalecer a estrutura das organizações. Segundo levantamento do Instituto Ekloos realizado em 2026, mais de 74% das organizações da sociedade civil apontam a captação de recursos como principal dificuldade, enquanto quase 60% não possuem nenhuma fonte contínua de financiamento.

No Brasil, existem cerca de 815



mil organizações da sociedade civil, responsáveis por aproximadamente 4,27% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar da participação econômica e social, muitas iniciativas enfrentam dificuldades para manter equipes, estruturar processos e garantir recursos para a continuidade dos projetos.

Para o Instituto Ekloos, o objetivo é ampliar a capacidade de gestão

e sustentabilidade das organizações, principalmente as menores e os coletivos periféricos. Além do recurso financeiro, o programa oferece formação em planejamento, comunicação, governança, sustentabilidade, monitoramento de resultados e captação de recursos.

MUDANÇA NO MUTANGE

Lucas Lima deixa o clube de surpresa rumo ao futebol exterior e diretoria azulina acerta contratação do centroavante Alan James para a sequência da temporada

Saída repentina de atacante força CSA a buscar substituto no mercado

O clima que parecia de tranquilidade nos bastidores do Mutange virou de cabeça para baixo no último fim de semana. O CSA viveu momentos de pura correria nos corredores do departamento de futebol para contornar uma perda inesperada no elenco.

O presidente da diretoria azulina, Robson Rodas, revelou ter sido pego totalmente de surpresa ao receber o pedido formal de rescisão do atacante Lucas Lima. O jogador, que vinha sendo peça importante no setor ofensivo, optou por encerrar antecipadamente seu vínculo para aceitar uma proposta do futebol exterior.

Sem tempo a perder e ciente do impacto da perda na reta decisiva da



o CSA agiu rapidamente no mercado e anunciou a contratação do centroavante Alan James. O jogador, que passou recentemente pelo Hercílio Luz e já defendeu o rival CRB, chega para reforçar o ataque azulino na reta decisiva da temporada.

competição, a cúpula do Azulão agiu rápido no mercado. A diretoria fechou em tempo recorde a contratação do centroa-vante Alan James (7), que chega para assumir o posto vago no ataque.

A movimentação nos bastidores repercutiu de forma imediata entre os

torcedores locais. Alan James, que teve passagem recente pelo Hercílio Luz, traz no currículo uma trajetória anterior pelo rival CRB, elemento que adicionou uma dose extra de debate às redes sociais nas primeiras horas do anúncio.

Agora, o desafio da comissão técnica é



O atacante Lucas Lima pegou a diretoria do CSA de surpresa ao pedir a rescisão do contrato. Peça importante no setor ofensivo, o jogador decidiu deixar o clube para aceitar uma proposta do futebol exterior.

acelerar a integração do novo reforço ao grupo. O CSA busca virar a página rapidamente e garantir que as mudanças de última hora não afetem o rendimento do time na busca pelos objetivos da temporada.

CRISE NA FIFA

Uefa, Concacaf e AFC se unem contra Infantino

A crise política na Fifa ganhou um novo capítulo nesta segunda-feira (10). Uefa, Concacaf e Confederação Asiática de Futebol (AFC) divulgaram uma carta conjunta com críticas à condução da entidade e à liderança de Gianni Infantino. As três confederações classificaram como grave falha de julgamento a tentativa de criar uma empresa para comercializar ativos das competições da Fifa e defenderam uma investigação independente.

A manifestação foi assinada pelos presidentes das três organizações, Aleksander Ceferin, Victor Montagliani e Salman bin Ibrahim Al Khalifa. O grupo defendeu uma liderança voltada aos interesses do futebol e criticou a concentração de poder na estrutura da entidade.

O principal motivo do conflito é a Fifa Forward Enterprise (FFE), projeto que previa a criação de uma empresa para administrar



operações comerciais e eventos, incluindo direitos relacionados à Copa do Mundo e ao Mundial de Clubes. A proposta também permitiria a entrada de investidores privados em uma participação minoritária.

A Uefa foi a principal voz contrária e chegou a ameaçar um boicote às competições da Fifa. Concacaf e AFC também rejeitaram a iniciativa. Diante da pressão, Infantino desistiu do projeto poucos dias após sua apresentação. Para as confederações, porém, o recuo não encerrou o problema.

Na carta, os dirigentes afirmam que a Fifa deveria reconhecer que a proposta representou um erro grave, e não apenas uma

falha de comunicação ou de procedimento. Eles também negam que a disputa esteja relacionada à distribuição de recursos e dizem que o foco está na governança e na integridade da entidade.

As três confederações ainda rejeitaram a revisão interna anunciada pela Fifa após uma reunião em Rabat, no Marrocos. Elas defendem que a apuração seja conduzida por uma terceira parte independente, sem participação da administração da entidade. A Uefa também cobra a preservação de documentos relacionados à FFE e mantém a posição de que perdeu a confiança em Infantino.

Confederações criticam gestão da Fifa e cobram investigação independente

Apesar da oposição, o presidente da Fifa ainda possui aliados. A Confederação Africana de Futebol (CAF) declarou apoio a Infantino, enquanto a Conmebol pediu união entre as entidades do futebol mundial. Algumas associações nacionais também manifestaram respaldo ao dirigente.

O embate ganha peso diante da eleição presidencial da Fifa, marcada para março de 2027. Infantino pretende disputar um novo mandato, mas a crise fortaleceu a pressão por mudanças. A Uefa mantém a possibilidade de boicote, enquanto setores da oposição já discutem, preliminarmente, alternativas caso o afastamento entre as confederações e a Fifa aumente.

No Conselho da Fifa, formado por 37 integrantes, a Uefa possui nove cadeiras, a AFC sete, a CAF seis, Concacaf e Conmebol cinco cada, e a Oceania três, além do presidente e do secretário-geral. Para convocar uma reunião extraordinária sobre a situação de Infantino, são necessários 19 pedidos.

APITO SOB SUSPEITA



Dirigentes e treinadores voltam a disparar críticas contra a comissão de arbitragem da CBF após decisões controversas nos jogos do fim de semana

Falhas de arbitragem e polêmica do VAR inflamam cobranças na 22ª rodada do Brasileirão

O fim de semana dos dias 8 e 9 de agosto reservou mais um capítulo de forte pressão e bastidores quentes na gestão do apito do futebol brasileiro. A disputa da 22ª rodada do Campeonato Brasileiro voltou a colocar a comissão de arbitragem da CBF sob o centro de intensos protestos.

O estopim para a onda de insatisfação partiu das decisões tomadas com o auxílio da tecnologia do VAR

e dos critérios adotados pelos juízes em campo. Em duelos decisivos, como o confronto em que o Corinthians venceu o Red Bull Bragantino (9) com gols de Rodrigo Garro e Pedro Raul, a condução das paradas e a interpretação de lances faltosos voltaram a gerar forte contestação dos comissionados e das comissões técnicas.

Nos bastidores dos clubes, a crítica central recai sobre o acúmulo de falhas e a falta de

padronização nas decisões dos trios escalados para as partidas da Série A. Dirigentes alegam que o sistema de checagem do vídeo tem prolongado paralisa nas partidas sem resolver os gargalos de interpretação.

A pressão sobre a entidade máxima do futebol nacional aumentou a ponto de cartolas articularem novos requerimentos formais. A cobrança é por transparência imediata na divulgação dos áudios e vídeos

dos lances checados, além de uma reciclagem urgente no quadro de juízes.

Com o afunilamento do campeonato e a margem para erro cada vez menor, a tensão nos bastidores promete continuar em ritmo máximo. A bola da vez está com a CBF, que precisa sinalizar medidas concretas para conter o desgaste e recuperar a credibilidade da arbitragem nas próximas rodadas.

MUDANÇA DE ARES

Endrick pode deixar o Real Madrid novamente por empréstimo. Sem espaço garantido no elenco de José Mourinho, o atacante brasileiro recebeu propostas de Roma e Aston Villa e busca um destino que ofereça mais minutos e perspectiva de titularidade. A experiência no Lyon, onde marcou oito gols e deu sete assistências em 21 jogos, pesa na decisão.



NOITE DE CINTURÕES

O UFC 330 promete uma noite de alto nível com dois títulos em disputa. Islam Makhachev fará a primeira defesa do cinturão dos meio-médios contra Ian Machado Garry, enquanto Mackenzie Dern defenderá o título do peso-palha diante de Gillian Robertson. Uma vitória de Makhachev ainda pode colocá-lo acima de Anderson Silva no recorde de maior sequência de triunfos da organização.



HERANÇA NA PISTA

Lewis Hamilton, Max Verstappen e Gabriel Bortoleto destacaram o papel dos pais na construção de suas carreiras na Fórmula 1. Anthony Hamilton chegou a trabalhar em três empregos para financiar a trajetória do filho no kart, enquanto Jos Verstappen transmitiu ao campeão holandês conhecimento técnico e experiência. Bortoleto também cresceu com forte apoio familiar desde as categorias de base.

RUMO AO TOPO

O Flamengo venceu o Vitória por 2 a 0 no Maracanã e diminuiu a distância para o líder Palmeiras no Brasileirão. Erick Pulgar abriu o placar e Bruno Henrique fechou a conta, levando o Rubro-Negro aos 42 pontos, seis atrás do time paulista, que soma 48 e tem um jogo a mais. O resultado dá novo fôlego ao Flamengo na briga pela liderança.



CRISE NA QUADRA

Derrota para a Argentina no Sul-Americano desencadeia cobranças públicas de atletas e comissão técnica no vestiário



Eliminação da Seleção de Basquete expõe divergências internas na comissão

A queda da Seleção Brasileira Feminina de Basquete no Torneio Sul-Americano deixou marcas profundas que ultrapassam o placar da quadra. A dolorosa derrota de virada para a Argentina (9) na semifinal acabou escancarando uma série de ruídos no ambiente da delegação.

O clima dentro do vestiário

pesou logo após o encerramento do clássico. Cobranças diretas entre atletas e membros da comissão técnica expuseram pontos de vista bastante divergentes sobre a queda de rendimento do time na reta final da partida.

Enquanto a comissão técnica questionou publicamente as escolhas táticas defensivas e a postura da equipe no último

quarto, jogadoras demonstraram incômodo com o rumo das orientações e com a postura do time diante das constantes paralisações e faltas apitadas.

A disparidade nos lances livres concedidos à seleção argentina nas parciais decisivas foi outro ponto de forte atrito. As reclamações efusivas à beira da quadra acabaram desviando o foco do time no momento mais

crítico do confronto.

Sem tempo para prolongar as discussões, o grupo precisou reorganizar as ideias rapidamente nos bastidores. A cobrança interna por um alinhamento imediato tornou-se prioridade para selar a paz e buscar a recuperação antes da disputa da medalha de bronze.